

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 385 - Brasília, quarta-feira, 15 de janeiro de 1997



Sob a presidência de Coutinho Jorge (D), a Comissão Mista de Orçamento aprovou o parecer de Carlos Bezerra (ao microfone)

Senado volta a discutir doação de órgãos

Plenário deverá discutir hoje, em turno único, substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado que fixa normas sobre doação de órgãos humanos *post mortem* para fins de transplante.

Página 2

NESTA EDIÇÃO

Descobertas valorizam Vale, diz Júnia

Página 8

Decisão do PMDB provoca novos debates

Páginas 4 e 5

Aprovado parecer sobre Orçamento

Destaques já foram discutidos ontem e serão votados pela comissão hoje às 10h. Concluída a votação, matéria vai a exame do plenário

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o parecer do relator-geral, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), à proposta de lei orçamentária para este ano, ressaltados os destaques, que deverão ser votados hoje, a partir das 10h. Depois de concluída a votação pela comissão, a matéria será submetida à apreciação do plenário do Congresso.

Conforme sugestão do presidente em exercício da comissão, senador Coutinho Jorge (PSDB-PA), os destaques foram discutidos ainda na tarde de ontem em reuniões do relator-geral e dos sub-relatores com as bancadas das diversas regiões.

O senador José Ignácio Fer-

reira (PSDB-ES) ressaltou que o relatório sobre a proposta orçamentária em discussão é o mais transparente entre todos que foram apresentados nas últimas legislaturas. Ele destacou que o relator-geral incluiu em seu trabalho uma planilha que permite acompanhar de onde sairão os recursos do Orçamento, num valor total de R\$ 431 bilhões.

José Ignácio fez um apelo para que a relatoria revise os cortes feitos para as dotações destinadas ao complexo portuário do Espírito Santo. Segundo ele, a bancada capixaba apresentou emenda solicitando recursos no valor de R\$ 60 milhões e os cortes realizados re-

duziram essa quantia para R\$ 9 milhões.

Romeu Tuma (PSL-SP) exaltou a iniciativa da Comissão de Orçamento, que, mediante entendimentos com o TCU, deixou acertado que essa Corte acompanhará, permanentemente, a aplicação dos recursos orçamentários.

Jonas Pinheiro (PFL-MT) defendeu a destinação de recursos para a construção de uma ponte rodoferroviária na BR-163, uma vez que, afirmou, apesar de localizada em São Paulo, irá beneficiar outras regiões, inclusive o Centro-Oeste. Nabor Júnior (PMDB-AC) também participou das discussões.

Senado discute substitutivo sobre doação de órgãos

Parecer do relator Lúcio Alcântara é pela manutenção do texto original, considerado mais avançado e "radical" do que as modificações feitas pela Câmara

O substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do Senado que



Alcântara

fixa normas sobre a doação e extirpação de órgãos humanos *post mortem* para fins de transplante será discutido hoje, em turno único, pelo plenário do Senado.

O parecer do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é pela manutenção do texto original, aprovado anteriormente pelo Senado. A matéria resultou de

três projetos de autoria dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Benedita da Silva (PT-RJ) e Darcy Ribeiro (PDT-RJ).

- Apesar de o substitutivo da Câmara representar um avanço,

quando diz que a doação deve ser autorizada pela família do morto, considero a iniciativa do Senado muito mais radical, quando a doação é presumida, estabelecendo lei que já é adotada por diversos

países - diz o senador no seu parecer. Alcântara enfatiza que a relutância de alguns setores da sociedade em aprovar a doação presumida é mais de natureza cultural, e não jurídica.

Projeto de Gilvam facilita adoção

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) apresentou projeto de lei que dispensa a presença do advogado nos processos de adoção de crianças e adolescentes. De



Gilvam Borges

acordo com a proposição, o pedido de adoção e o acompanhamento dos autos podem ser realizados também pelo adotante.

A exigência de advo-

gados nesses processos, segundo Gilvam Borges, tem dificultado a concretização de numerosos casos de adoção, devido ao custo elevado dos honorários desses profissionais, em média R\$ 10 mil.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

10h - Despachos internos

11h30 - Recebe o ministro do Trabalho, Paulo Paiva

12h - Recebe o presidente do Sindicato dos Revendedores de Combustíveis do Estado do Maranhão, José Fernandes Tajara Reis

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão em turno único do ***Substitutivo da Câmara ao PLS nº 6/95**, que dispõe sobre a doação e extirpação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante, *post mortem*, salvo expressa disposição em contrário, em vida.

COMISSÕES

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Votação dos destaques da proposta orçamentária para 1997. *Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***Mensagem nº 139/96 (não terminativo)**, que solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 78 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Mo-

derização Tecnológica e de Fortalecimento das Capacidades Gerencial, Normativa e Operacional da Secretaria da Receita Federal; e ***Mensagem nº 307/96 (não terminativo)**, que solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 500 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o financiamento do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE), que se insere no Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.563/96, que dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.531-1/96, que dá nova redação aos arts. 24, 26 e 57 da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, que institui normas para licitação e contratos da administração pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

17h - CPI dos Títulos Públicos

Pauta: Reunião de trabalho. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

Marina cobra coerência do governo em relação ao mogno

Senadora faz apelo ao presidente da República para que aceite inclusão da madeira na convenção internacional sobre espécies ameaçadas

A senadora Marina Silva (PT-AC) estranhou ontem que o governo brasileiro não tenha, internacionalmente, a mesma postura demonstrada no âmbito interno quanto à exploração e comércio sustentáveis do mogno. Ela disse que, após assinar decreto determinando a moratória de dois anos na exploração do mogno e da virola, o governo Fernando Henrique Cardoso recusa-se a apoiar a inclusão do mogno no Apêndice II da Convenção Internacional sobre Comércio de Espécies Ameaçadas.

Prevista para junho, na cidade de Harare, no Zimbábue, a convenção está sendo discutida pelo Fórum Brasileiro de ONGs e pelos Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento. Essas enti-



Marina Silva

dades fizeram uma convocação nacional para pressionar o governo a apoiar a inclusão do mogno na convenção, segundo informou Marina Silva.

A senadora propôs que o governo reveja sua posição, apelo que repetirá hoje, em audiência marcada com o presiden-

te da República. Segundo explicou, o Apêndice II apenas recomenda o controle administrativo e científico do mogno por parte do país exportador, para evitar comércio ilegal e ameaça à sobrevivência da espécie e dos ecossistemas a ela associados. A recomendação não implica que o mogno seja considerado como espécie sob risco de extinção, nem redundará em prejuízo à sua exportação, acrescentou.

Segundo a senadora, tanto o Ministério do Meio Ambiente como o Itamaraty têm alegado que o Brasil já toma os cuidados necessários e que a inclusão do mogno no Apêndice II comprometerá a meta brasileira de inserção do País no mercado mundial de madeiras tropicais.

Ney Suassuna defende maior esforço na divulgação do turismo brasileiro

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lamentou ontem que o Brasil continue negligente no desenvolvimento do turismo. Durante recente visita à África do Sul e a alguns países da Ásia, ele ficou surpreso com o crescimento dessa indústria naquelas nações. Em sua opinião, o Brasil está trilhando "o caminho errado, pois tem o que mostrar ao turista, mas não encontrou ainda a fórmula".

- Precisamos tomar decisões corajosas para mudar essa orientação. Perdemos US\$ 2 bilhões no ano passado porque não temos estrutura turística. No Brasil, o turismo desponta como solução natural. Medidas simples, como o barateamento dos preços das tarifas aéreas e dos hotéis, a qualificação de mão-de-obra específica para o

setor, a criação de uma polícia turística, entre outros, poderão assumir o papel diferenciador - disse ele.



Ney Suassuna

Citando o exemplo da Tailândia, Suassuna destacou que esse país está quadruplicando estradas no seu propósito de melhorar a infra-estrutura turística. Ao mesmo tempo, or-

ganiza a sociedade em torno de pequenos projetos cooperativos, intensivos em mão-de-obra. Disse também que a aprovação popular ao governo tailandês é visível no apoio à monarquia e aos seus programas de dinamização da economia, cuja característica mais marcante é a participação comunitária.

- O resultado dessa efervescência construtiva tem se traduzido na rápida melhoria do perfil da renda e emprego dos cidadãos tailandeses. E nesse ponto cabe perguntar: o que acontece com o projeto nacional para o Brasil, que nos inspira cada vez que escolhemos um novo presidente da República? O Brasil patina a meio século com o rótulo de país do futuro, sem que o futuro jamais chegue - observou.



Júlio Campos

Campos pede informações sobre crédito para casa

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou à Mesa requerimento dirigido ao Ministro da Fazenda solicitando informações sobre o Programa Carta de Crédito da Caixa Econômica Federal, destinado ao financiamento da casa própria.

Com o argumento de que tem recebido cartas de inúmeras pessoas inscritas e que não foram atendidas pelo programa, Júlio Campos pede que a CEF esclareça quantos candidatos à casa própria já foram atendidos, o valor do empréstimo concedido, critérios exigidos para obtenção do financiamento, custos bancários e financeiros, e qual o deságio admitido pela Caixa em transações efetuadas pelo mutuário com a carta de crédito.

Júlio Campos disse que, somente com base nas informações fornecidas pela própria CEF, poderá avaliar se a instituição vem cumprindo a meta estabelecida pelo programa e se houve "alteração nos depósitos, fundos de investimentos e conta corrente após o anúncio" do chamado programa da casa própria.

O senador pelo PFL de Mato Grosso é autor do projeto de lei que, dispondo sobre transferência de financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação, facilita a regularização dos chamados "contratos de gaveta".



Benedita da Silva

Benedita não aceita mudar as regras do jogo

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou ontem que a pretensão do presidente Fernando Henrique Cardoso de levar o Congresso a mudar a Constituição para permitir a reeleição se equipara a um time de futebol que quer mudar as regras do jogo quando começa o segundo tempo.

- Só vale mudar as coisas conversando e se entendendo depois do apito final do juiz. Agarrar com força a bola nos primeiros minutos do segundo tempo e dizer 'agora vai ser diferente' é inaceitável. Não vale - disse.

Benedita da Silva salientou que o PT é favorável ao instituto do plebiscito, mas não concorda que ele seja usado agora para conseguir respaldo para um segundo mandato do presidente da República. "O Brasil tem coisas mais importantes neste momento a serem resolvidas", frisou.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) ponderou que assessores do presidente da República admitem agora recorrer ao plebiscito porque têm certeza de que os eleitores apoiarão a mudança. "Não existe a menor chance de a reeleição não passar. Afinal, serão 27 governadores, mais de 5 mil prefeitos e toda a máquina pública lutando pela reeleição." Já a senadora Marina Silva (PT-AC) lamentou que a luta do governo pela reeleição "parece ter congelado todos os problemas brasileiros".

Cafeteira critica "puxão de orelhas" em líderes partidários

Na avaliação de senador, PMDB tomou decisão soberana sobre emenda da reeleição e atitude do presidente da República é antidemocrática

Com sete mandatos legislativos, o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) disse ontem que nunca viu um presidente da República convocar lideranças partidárias para dar-lhes "um puxão de orelhas", como, a seu ver, Fernando Henrique Cardoso teria feito ontem com os principais líderes do PMDB no Senado e na Câmara.

- Pensei que tínhamos voltado à democracia - afirmou.

Cafeteira, que acompanhou a convenção nacional do PMDB como representante de seu partido, o PPB, considerou que os peemedebistas tomaram um decisão soberana com respeito à emenda constitucional da



Epitácio Cafeteira

reeleição. Conforme o senador, o presidente da República não gostou, mas ele não pode dizer, num dia, que a reeleição é assunto do Congresso Nacional e, no outro, aplicar uma repreensão de seis páginas ao PMDB.

- Não assisti a isso nem

nos governos Médiç e Figueiredo e me senti atingido como parlamentar - declarou Cafeteira, para quem a atitude do Presidente demonstra que ele acabará exigindo que os partidos de sustentação do governo não tenham candidatos às eleições presidenciais, sob pena de serem considerados agremiações oposicionistas.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PR) afirmou que o Presidente, certamente, terá uma resposta do PMDB. Para o senador, quando FHC pede a reeleição, ele automaticamente está atropelando o PSDB e "quer fazer o mesmo com o PMDB".

Mauro afirma que Iris Rezende vai manter a sua candidatura

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou ontem em discurso que o senador Iris Rezende (PMDB-GO) não vai retirar sua candidatura à presidência do Senado. Para ele, Iris "foi obrigado a assumir sua personalidade guerreira" diante das provocações dos que pretendiam transformar sua candidatura à presidência do Senado em uma "opção tipo faz-de-conta".

Mauro lamentou "os destemperos verbais que vêm de dentro do governo" contra a candidatura

de Iris Rezende e sustentou que, se isso acabou por provocar alguma crise, "não foi o PMDB que a provocou". O senador leu trechos de um

artigo de Iris Rezende publicado ontem pela *Folha de S. Paulo*, onde o ex-governador de Goiás sustenta que não se justificam as colocações que pretendem "discutir a legitimidade do pleito do PMDB".

A candidatura Iris Rezende à presidência do Senado, na opinião de Mauro Miranda, agora pertence ao PMDB, que o apoiou quando surgiram as "provocações

antidemocráticas e autoritárias". Para o senador, o artigo de Iris Rezende ressalta "uma de suas principais virtudes, que é a virtude da prudência e da disposição para o diálogo, como é de sua história pessoal no relacionamento com os humildes e os poderosos".

Em aparte, o senador Onofre Quinan (PMDB-GO) concordou com as colocações de Mauro Miranda, destacando que o PMDB "deu nesses dois anos todo apoio possível e impossível" ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Por isso, ele não vê sentido nas críticas feitas à candidatura do PMDB por "alguém que se diz porta-voz" do governo.



Mauro Miranda

Freire: PMDB fortaleceu democracia

Para senador, decisão do Congresso sobre a reeleição tem que ser referendada pela consulta popular. Também defenderam o plebiscito, em apertes, os senadores Simon, Dutra e Suplicy



Ademir Andrade

Ademir diz que PSB foi partido que mais cresceu

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou ontem que o PSB foi o partido que, proporcionalmente, mais cresceu no último pleito, tendo eleito 162 prefeitos, mais de 200 vice-prefeitos e número ainda não definido de vereadores. Ele informou que o PSB está agora em sexto lugar entre as agrimações partidárias, o que considera muito significativo para o País.

Ademir anunciou que o PSB está convocando todos os eleitos no último pleito para encontro que se realizará em Brasília nos dias 30 e 31 de janeiro e 1º de fevereiro, quando serão submetidos à aprovação os princípios fixados para conduzir as administrações que os prefeitos estão iniciando.

Já temos traçados princípios de administração para as prefeituras, mas como vários companheiros não participaram desse debate está sendo organizado esse encontro para o fim do mês - disse.

Ademir Andrade afirmou que o PSB deseja marcar presença, diferenciar seu estilo de administração nas prefeituras em que saiu vitorioso. "Queremos aprovar normas de atuação e cobrar sua execução a posteriori", acentuou.

A situação criada a partir da convenção do PMDB em torno da posição do partido sobre a proposta de reeleição "mudou os argumentos do governo sobre o assunto e talvez tenha evitado uma crise maior que seria de ordem institucional", disse ontem o líder do PPS, senador Roberto Freire (PE), acrescentando que a decisão dos peemedebistas contribuiu para "mudar e fortalecer as forças democráticas" do País.

Depois de ressaltar o fato de que "o PPS, desde os tempos do PCB, tem-se posicionado historicamente pelo princípio da reeleição e pela periodicidade do mandato, que é a essência da democracia", Roberto Freire disse que "o fim de semana ajudou a mostrar o caminho para a solução" do problema relacionado à reeleição.

A emenda da reeleição é de difícil solução, e a crise criada pela convenção só veio contribuir para que a questão seja resolvida, pois a decisão do Congresso Nacional tem que ser re-



Roberto Freire

ferendada pela consulta popular - frisou.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que era com "alegria" que via como "positivo" o discurso atribuído ao presidente da República admitindo o plebiscito. Simon considerou "piada" o fato de os jornais dizerem que o presidente Fernando Henrique Cardoso "ameaça o Congresso com plebiscito, quando é exatamente isso que o Legislativo quer e que seria a forma

de legitimar a tese da reeleição".

O senador Ademir Andrade (PSB-PA), por sua vez, se disse convicto de que "o assunto reeleição surgiu pela vontade de um homem que se apegou ao poder e que se considera como o único cidadão capaz de salvar o País. Não acredito mais no espírito democrático do presidente Fernando Henrique Cardoso, que, com o apoio que tem de todos os meios de comunicação, poderá ser pior que os presidentes da época da ditadura".

Já o senador José Eduardo Dutra (SE), depois de salientar que o seu partido, o PT, é favorável ao aperfeiçoamento da tese por meio da consulta popular, disse que Fernando Henrique Cardoso não estaria defendendo a emenda da reeleição por sua própria convicção democrática.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também manifestou o seu apoio à idéia da consulta popular, conforme a proposta defendida pelo PT.

Lobão registra solidariedade do Congresso a Sarney

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse ontem que o presidente do Senado, José Sarney, tem a solidariedade política integral da bancada maranhense e que ele, Lobão, está persuadido de que esta é a posição de todo o Congresso Nacional. O senador afirmou também estar convencido de que "não houve um pito do presidente da República a líderes peemedebistas", como noticiou a imprensa, "com a ajuda interesseira de alguns opositoristas".

Se houve alguma admoestação, as palavras do Presidente não foram dirigidas a Sarney - reiterou.

Segundo Lobão, o presidente do Senado compareceu à



Edison Lobão

reunião por educação política. Quanto à reeleição, observou que Sarney já se manifestou favoravelmente a ela e sempre pautou sua vida pública pela correção e lealdade. Além disso, por sua experiência política, "está em condições de ajudar Fernando Henrique Cardo-

so e o tem feito", acrescentou.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também manifestou sua solidariedade a José Sarney e a todos os parlamentares que participaram da reunião com o presidente da República e disse que este exagerou e perdeu o equilíbrio. Para Lobão, todos os que exercem cargos executivos estão sujeitos a equívocos e Fernando Henrique "não merece os ataques mais ácidos" desferidos ontem por alguns parlamentares. Já para o senador Romeu Tuma (PSL-SP) José Sarney deveria ter sido avisado do tema da reunião previamente.

Jornal do Senado amplia sua distribuição

Com tiragem de 32 mil exemplares, o periódico alcança 5 mil prefeituras, assembleias legislativas, câmaras municipais, sindicatos e órgãos públicos, além de estar disponível nos aviões

SINTONIZE A TV SENADO

Agora você pode acompanhar, dia a dia, todo o trabalho do Senado Federal, atento ao que se passa nas comissões e nas sessões plenárias, transmitidas ao vivo e em seguida em várias repetições. Basta sintonizar a TV Senado, pela operadora de TV a cabo da sua cidade. A TV Senado está no ar diariamente, de segunda a sexta-feira, das 9:30 da manhã até zero hora e 30 minutos. Aos sábados e domingos, a programação da TV Senado vai das 10 às 18 horas. Acompanhe o desempenho do senador do seu estado e forme você mesmo sua própria opinião. Sem intermediários.

Cidade	Operadora	Canal
Anápolis (GO)	Net	33
Arapongas (PR)	Net	35
Bagé (RS)	Net	16
Bal. Camboriú (SC)	Op. Indep.	20
Bauru (SP)	Net	10
Bauru (SP)	Multicanal	39
Belo Horizonte (MG)	Multicanal	41
Belo Horizonte (MG)	Cabo Total	8
Bento Gonçalves (RS)	Net	11
Brasília (DF)	Net	53
Campo Grande (MS)	Multicanal	14
Catanduva (SP)	Net	3
Caxias do Sul (RS)	Multicanal	8
Chapeco (SC)	Net	3
Conselelta (SC)	Net	21
Criciúma (SC)	Net	17
Cruz Alta (RS)	Net	7
Curituba (PR)	Net	35
Erechim (RS)	Net	23
Fazroupilha (RS)	Multicanal	14
Fazroupilha (RS)	Net	8
Florianópolis (SC)	Multicanal	43
Florianópolis (SC)	Net	44
Fortaleza (CE)	Op. Indep.	22
Fortaleza (CE)	RTC	45
Franca (SP)	Net	9
Goiânia (GO)	Multicanal	14
Gov. Valadares (MG)	Op. Indep.	29
Jaraguá do Sul (SC)	Net	21
Joaquima (SC)	Net	21
Joinville (SC)	Net	18

Cidade	Operadora	Canal
Jundiaí (SP)	Net	5
Lages (SC)	Net	21
Londrina (PR)	Net	35
Novo Hamburgo (RS)	Net	5
Passo Fundo (RS)	Net	18
Pelotas (RS)	Op. Indep.	3
Pelotas (RS)	Net	18
Piracicaba (SP)	Net	30
Porto Alegre (RS)	Net	17
Ribeirão Preto (SP)	Multicanal	14
Rio de Janeiro (RJ)	Net	35
Rio de Janeiro (RJ)	Rio Cabo	40
Rio de Janeiro (RJ)	Net	33
Rio Grande (RS)	Net	12
São José do Rio Preto (SP)	Multicanal	14
Santa Cruz do Sul (RS)	Net	48
Santa Maria (RS)	Net	47
Santa Maria (RS)	Net	50
Santos (SP)	Net	7
Santos (SP)	Multicanal	14
São Carlos (SP)	Net	6
São Paulo (SP)	Multicanal	14
São Paulo (SP)	TVA (a cabo)	63
São Paulo (SP)	Net	53
São Paulo (SP)	TVA-MMDS	66
Sorocaba (SP)	Multicanal	8
Uberlândia (MG)		8
Umuarama (PR)	Net	35
Uruguaiana (RS)	Net	7
Uruguaiana (RS)	Net	17

O *Jornal do Senado* circula agora em quase todos os vãos comerciais que saem de Brasília para os diversos estados. Com a incorporação da Varig e, mais recentemente, da Transbrasil ao sistema de distribuição, chegam a quatro as companhias aéreas que oferecem este jornal aos seus passageiros. As outras são a Líder e a Vasp.

Segundo o diretor da Secretaria de Comunicação Social da Casa, jornalista Fernando Cesar Mesquita, a TAM em breve deverá fazer parte do sistema de distribuição do diário, assim como outras companhias que demonstrarem interesse. Para a Vasp são distribuídos 600 exemplares do *Jornal do Senado*; a Varig recebe 400; a Líder, 150; e a Transbrasil, 1.300.

O *Jornal do Senado* tem uma tiragem de 32 mil exemplares, circula de segunda a sexta-feira, e alcança todo o território nacional. Somente para prefeituras são remetidos cerca de 5 mil exemplares todos os dias; deputados estaduais recebem 1.050; câmaras municipais e vereadores, 9.076. Quase 7 mil exemplares são enviados para governadores, assembleias legislativas, partidos políticos, sindicatos, confederações, órgãos públicos, empresas de mídia e hotéis.

Em todo o País para os usuários do sistema **Direct-to-Home**, da TVA e do Sky Net.

Simon estranha lentidão na reforma agrária

País nunca teve tantas oportunidades de pacificar o campo como agora, alerta senador, para quem o presidente da República deve chamar partes em conflito no Pontal do Paranapanema

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou ontem seu espanto com a lentidão do Brasil em fazer uma definitiva reforma fundiária, alegando que todas as condições são favoráveis e, no entanto, continua havendo violência no campo. Em sua opinião, "o Brasil nunca teve tantas oportunidades como agora para fazer a reforma agrária".

- O Congresso tem votado propostas das mais importantes e a do rito sumário e a da participação do Ministério Público. Há de se reconhecer que o ministro da Reforma Agrária tem vontade política e se es-

força por realizá-la. O Exército colocou 5 milhões de hectares à disposição da reforma agrária, a Igreja Católica ofereceu suas terras para a reforma agrária, a novela *O Rei do Gado* prega a reforma agrária. E o que é que está faltando? - indagou.

O que Simon considera incompreensível é o fato de que, apesar de haver tantas opiniões favoráveis à distribuição de terra no Brasil, a violência continua a impedir entre proprietários e trabalhadores sem-terra, como acontece agora no Pontal do



Pedro Simon

Paranapanema. Referindo-se a uma matéria jornalística segundo a qual "os fazendeiros estão preparados e topando o enfrentamento", o senador considerou o fato inexplicável.

- Se até a Globo, o Exército e a Igreja querem, se há até empresários ofere-

cendo terras para reforma agrária, por que ela não acontece? Por que as pessoas continuam se ameaçando de violência? Por que essa mobilização no Pontal? Isso não pode continuar. O presidente Fernando Henrique Cardoso está agindo corretamente e tem todas as condições de chamar as partes para conversar - observou.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a tensão que domina o clima entre trabalhadores rurais e proprietários de terra poderá resultar em tragédias mais reais que as das novelas.

Senador quer discutir criação do estado do Planalto Central

O senador Pedro Simon colocou-se ontem à disposição do senador Francisco Escórcio (PFL-MA) para discutir o projeto com que este pretende emancipar as populações de baixa renda das cidades que circundam Brasília, criando o estado do Planalto Central.

Simon se disse chocado com as fotos apresentadas por Escórcio para comprovar a miséria que domina inúmeras áreas do entorno do Distrito Federal, e disse que está disposto a visitá-las. Ele considera um paradoxo que uma cidade construída sobre um projeto de Oscar Niemeyer para ser um modelo abrigue hoje tanta miséria.



Francisco Escórcio

- O que se vê nessas fotos em termos de miséria e abandono é realmente muito sério e muito grave. Verificamos que há setores com uma miséria que não se vê nem no Nordeste, e alguma solução deve ser dada - disse Simon.

O senador criticou a construção do metrô de Brasília, considerando incompreensível

que ele se destine a trazer populações das cidades-satélites até a Rodoviária. "Esse metrô é o contrário de tudo o que se pensou quando se fez Brasília", afirmou. Ele felicitou Francisco Escórcio por se preocupar com o Distrito Federal.

Em aparte, o autor do projeto disse que Brasília vive de verbas recebidas do governo federal e com uma população que, se somada às das cidades goianas próximas ao Distrito Federal, totaliza 3 milhões de pessoas. Na opinião de Escórcio, é evidente que esse crescimento populacional inviabilizará economicamente a capital da República.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo
Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz

Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz

Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Mhz

Antena - 3,6 m

LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)

Receptor de Vídeo/Audio Digital

NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S

Integrated Receiver/Decoder (IRD)

Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)

Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600

Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mbit/s.

Hollanda defende incentivo ao Nordeste

"Região não quer mais viver de cestas básicas e de carros-pipa para amenizar os problemas das secas", alerta senador, ao apoiar MP que facilita instalação de fábricas de automóveis

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) protestou ontem contra as críticas que políticos e empresários do Sul-Sudeste vêm fazendo à Medida Provisória 1.532, que permite a concessão de incentivos à instalação de fábricas de carros na região Nordeste. "Quando o governo concedeu o mesmo incentivo para fábricas do Sul ninguém protestou. O Nordeste não quer mais viver de cestas básicas e de carros-pipa para amenizar os problemas das secas. O Nordeste tem potencial para receber grandes indústrias e se desenvol-



Joel de Hollanda

ver", disse.

- Parece que as lideranças do Sul só aceitam que o Nordeste possa viver do turismo

e, no máximo, da produção de frutas do vale do rio São Francisco. A Medida Provisória 1.532 permitirá que haja um certo equilíbrio no desenvolvimento do País - assinalou.

Joel de Hollanda leu da tribuna nota divulgada pelos presidentes de federações de indústrias dos estados do Nordeste, onde lembrou que até os organismos internacionais de desenvolvimento concordam com a adoção de incentivos para desenvolver regiões mais pobres.

Em aparte, o senador Lú-

cio Alcântara (PSDB-CE) informou que o ex-ministro do Planejamento Paulo Haddad defendeu em artigo publicado pela imprensa que o Nordeste ficará condenado à miséria se puder contar apenas com a indústria do turismo e com a agricultura irrigada.

Já o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ponderou que o Nordeste faz parte do Brasil e não se preocupa com as reclamações da Argentina quanto aos incentivos à indústria automobilística que queira se instalar na região.

Reservas de ouro e cobre valorizam Vale, diz Júnia

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) citou ontem o anúncio da descoberta de reservas de ouro e cobre em Carajás (PA) pela Cia. Vale do Rio Doce como mais uma razão para o governo não privatizar essa empresa. Ela também reafirmou a importância de o Senado discutir o projeto que submete ao plenário o edital de licitação para a venda da empresa.

- Trata-se de uma das mais importantes descobertas geológicas da História.

Em Carajás, há uma quantidade incomum de depósitos de cobre e ouro com alto teor de concentração mineral e em condições viáveis de exploração econômica - disse a senadora, referindo-se a matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Júnia Marise também sustentou que o comunicado ao mercado assinado pelo vice-presidente da Vale e divulgado pela imprensa prova que a mineradora compete em igualdade de condições no mercado internacional e, por-

tanto, não precisaria estar incluída no programa de privatizações.

- Com a descoberta desse novo Carajás de cobre e ouro e a divulgação do comunicado ao mercado tem-se uma clara demonstração da *performance* da empresa e da necessidade de o presidente da República desistir de sua privatização. Esse é um assunto que deveria preocupar o Presidente, que perde o tempo precioso de um chefe da Nação para tentar aprovar a emenda da reeleição - assinalou.



Júnia Marise

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, JÚLIO CAMPOS, ERNANDES AMORIM, NEY SUASSUNA E LEVY DIAS

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna
■ Diretor-Geral do Senado: Agaciêl da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal